

**ATA**

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, no Pavilhão Gimnodesportivo da EB 2,3 Virgínia Moura, na Vila de Moreira de Cónegos, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -- Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro cuja falta foi considerada justificada. ----- Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. ----- Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Câmara deu por aberta a reunião, começando por cumprimentar o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, Paulo Renato, e os restantes elementos presentes, o Presidente da Assembleia da Freguesia de Moreira de Cónegos, Rogério Paiva e demais membros da Assembleia de Freguesia presentes, a Diretora do Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, Professora Maria de Jesus Carvalho, aproveitando o momento para agradecer, na sua pessoa, toda a colaboração prestada pela Escola, nomeadamente a disponibilização do espaço para realização da reunião, a Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, Professora Celina Silva, o Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo, Manuel Teixeira, a Presidente da Junta de Freguesia de Guardizela, Margarida Marques, a Presidente da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, Odete Lemos, o

Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, Dr. Costa e Silva, o Diretor Executivo da VITRUS, Dr. Daniel Pinto, o Reverendo Pároco de Nespereira, Pe. Américo Ribeiro, o Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B. 2,3 Virgínia Moura, Avelino Silva, a Presidente da Associação de Pais e Encarregados Educação da Escola do Outeirinho, Paula Oliveira, o Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Vermis, Patrícia Ferreira, o Representante do Centro Paroquial de Moreira de Cónegos, Sr. Paulo Abreu, o representante da Fábrica da Igreja de Moreira de Cónegos, Sr. José Oliveira Frutuoso, o Chefe do Agrupamento 663 do CNE de Moreira de Cónegos, Vitor Coelho, o Presidente do Núcleo da FNA de Moreira de Cónegos, Armindo Martinho, o Presidente da Direção da Cooperativa Elétrica de Moreira de Cónegos, Manuel Ferreira, o representante do Centro Cultural e Recreativo de Moreira de Cónegos, Abílio Rogério, a Presidente da Direção da Morávia - Associação Juvenil de Moreira de Cónegos, Eduarda Ribeiro, o Presidente da Direção da Associação Agrícola e Bovina de Moreira de Cónegos, Armando Oliveira, os representantes da Universidade Sénior de Moreira de Cónegos, Joaquim Guimarães Ribeiro e Manuela Cunha, o representante da Associação da Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos, Sr. António Fátima, o representante da Associação de Karaté de Moreira de Cónegos, Alexandre Moreira, o Presidente da Associação dos Romeiros às Senhoras do Monte, José Maria Ribeiro, a representante do Grupo Coral de São José, Eva Alves, o representante e mentor do Museu Agrícola de Moreira de Cónegos, Fernando Abreu, os alunos da Escola E.B. 2, 3 Virgínia Moura, os professores, a equipa técnica da Câmara Municipal de Guimarães que acompanha e presta apoio à realização destas reuniões descentralizadas, os jornalistas e os



Moreirenses. -----

De seguida anunciou a atuação do Quarteto de Metais da Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos. Concluída a atuação, o Presidente da Câmara deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, Paulo Renato Faria**, que cumprimentou todos os presentes agradecendo ao Presidente da Câmara por ter incluído a Vila de Moreira de Cónegos no roteiro das reuniões descentralizadas. Disse que tal significava que esta Vila é, no dia de hoje, a capital do Concelho de Guimarães. Manifestou orgulho na importância de Moreira de Cónegos na história de Guimarães ao longo dos séculos, tendo sido uma terra relevante para a Real Colegiada de Guimarães que, no passado, teve poder neste concelho. Fez alusão às dezenas de moinhos que existiam na freguesia e à forte industrialização registada nos finais do século XIX e início do século XX, primeiro com a indústria de papel e mais tarde ao nível do setor têxtil, com aproveitamento da linha férrea, enumerando várias empresas aqui sedeadas. Acrescentou que várias dessas empresas deixaram de laborar, o que implicou que muitas pessoas ficassem no desemprego, indicando que o problema está a merecer adequadas respostas sociais, quer da parte da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia. Referiu a especificidade da Vila de Moreira de Cónegos ao nível da vitalidade recreativa e cultural, exemplificando com os oitenta anos de existência da Cooperativa Elétrica e da Sociedade Bovina, bem como as demais associações constituídas entretanto, culminando com a recente formação da Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos que aqui atuou, resultado de uma aposta forte também ao nível cultural. Referiu, também, o Moreirense Futebol Clube e a importância ímpar deste clube para a Vila de Moreira de Cónegos e para o concelho de Guimarães. Disse ser motivo de

orgulho a presença do Moreirense Futebol Clube na I Liga de Futebol Português, levando o nome de Moreira de Cónegos a todo o País, não deixando de anunciar o sonho e a ambição de que este Clube possa um dia disputar as competições europeias. Referiu algumas carências existentes, bem como a importância dos investimentos municipais na freguesia. Finalizou, dizendo que vale a pena investir em Moreira de Cónegos, apontando como exemplos o Parque de Lazer e as Piscinas Municipais, últimas obras de realce realizadas pela Câmara Municipal na Vila e que apresentam um elevado índice de utilização por parte da população. Desejou a todos um bom trabalho manifestando esperança de que esta reunião seja útil para todo o concelho e em particular para a Vila de Moreira de Cónegos. -----

De seguida, o Presidente da Câmara passou a palavra à Diretora do Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, Professora Maria de Jesus Carvalho, que começou por agradecer ao Presidente da Câmara a realização da reunião nesta casa, convidando toda a comunidade a visitar a escola da parte da tarde. -----

Seguiu-se uma apresentação do Diretor do Departamento de Obras Municipais, onde foi dado a conhecer o conjunto de obras que se prevê realizar na área da freguesia de Moreira de Cónegos, designadamente: O Reperfilamento da Rua D. Laurinda Ferreira de Magalhães; O Reperfilamento da Avenida 1.º de Agosto; A Ampliação do Cemitério de Moreira de Cónegos; A Requalificação da EB1/JI de Vermis; A Centralidade do Parque Desportivo de Moreira de Cónegos. -----

O Presidente da Câmara, finda a apresentação do Diretor do Departamento de Obras Municipais, deu conhecimento das datas em que se previa realizar os projetos e as obras respeitantes às intervenções em Moreira de Cónegos. -----



-----**INTERVENÇÕES**-----

1 - Vereador André Coelho Lima – Saudou todos os presentes, cumprimentando especialmente o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos e demais autarcas desta Freguesia, a Diretora do Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, Professora Maria de Jesus Carvalho, a Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Virgínia Moura, Professora Celina Silva, o Senhor Padre Matos, embora não esteja presente, o representante do Centro Paroquial de Moreira de Cónegos, Paulo Abreu, o representante da Fábrica da Igreja de Moreira de Cónegos, José Frutuoso, o Chefe do Agrupamento 663 do CNE de Moreira de Cónegos, Vítor Coelho, o Presidente do Núcleo da FNA de Moreira de Cónegos, Armindo Martinho, o Presidente da Direção da Cooperativa Elétrica de Moreira de Cónegos, Manuel Ferreira, o representante do Centro Cultural e Recreativo de Moreira de Cónegos, Abílio Rogério, a Presidente da Direção da Morávia – Associação Juvenil de Moreira de Cónegos, Eduarda Ribeiro, o diretor do Jornal O Cónego, o Presidente da Direção da Associação Agrícola e Bovina de Moreira de Cónegos, Armando Oliveira, os dirigentes do Moreirense Futebol Clube, embora não estejam presentes, o representante do Grupo de Jovens XTO, o representante da Universidade Sénior de Moreira de Cónegos, Joaquim Ribeiro Guimarães, os representantes da Associação da Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos, que revela uma aposta numa dimensão cultural mais forte na Vila, o representante da Associação de Karaté de Moreira de Cónegos, Alexandre Moreira, o Presidente da Associação de Romeiros às Senhoras do Monte, José Maria Ribeiro, a representante do Grupo Coral de S. José, Eva Alves, o Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da E.B. 2, 3 Virgínia Moura, Avelino Silva, a Presidente

da Associação de Pais e Encarregados Educação da Escola do Outeirinho, Paula Oliveira, o Representante da Associação de Pais e Encarregados Educação da Escola de Vermis, Patrícia Ferreira, o Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, Dr. Costa e Silva, o Diretor Executivo da VITRUS, Dr. Daniel Pinto, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Lordelo, Guardizela e Cadoso S. Martinho e o Padre Américo Ribeiro. Disse que este número de entidades é revelador da força associativa e dinâmica desta Freguesia. De seguida, disse querer fazer uma declaração de interesses na medida em que Moreira de Cónegos é a terra da sua mãe e sua segunda terra, tratando-se de uma região que conhece bem e onde passou grande parte do seu tempo na infância e na adolescência. Lembrou os seus antepassados, mostrando-se orgulhoso pelo facto de o seu avô ter sido sócio fundador do Moreirense Futebol Clube e pelo atual sócio n.º 1 deste Clube ser seu tio. Disse fazer todo o sentido as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos ao dizer que, no dia de hoje, a sede do concelho de Guimarães é Moreira de Cónegos, pelo facto de a reunião de Câmara aqui hoje se realizar, manifestando, uma vez mais, satisfação com esta iniciativa de descentralização das reuniões de Câmara, elogiando-a e felicitando o Presidente da Câmara pela sua realização. De seguida, fez um enquadramento histórico desta região cuja povoação é anterior à fundação da nacionalidade. Descreveu Moreira de Cónegos como uma das terras mais vimaranenses pois sempre resistiu às tentativas de Vizela de incluir esta Vila nas suas aspirações territoriais, lutando por se manter em Guimarães. Continuou, referindo que agora os tempos são outros, não significando isto que o apego vimaranense seja menor, mas que as dinâmicas, a criação e o crescimento do concelho de Vizela têm levado a uma maior proximidade dos



Moreirenses ao concelho vizinho. Afirmou ser importante perceber as dinâmicas territoriais de fixação na medida em que nas duas últimas décadas verificou-se um decréscimo da população na Vila de Moreira de Cónegos e que muita desta perda populacional pode estar refletida no ganho populacional que o concelho de Vizela regista. Disse ser importante criar fatores de fixação e razões de proximidade ao centro do concelho, abordando a questão dos Transportes Urbanos como o maior dos problemas para a região, acrescentando fazer sentido aproximar pessoas de uma Vila distante mas com uma ligação emocional fortíssima a Guimarães. Comentou ainda a questão da empregabilidade, identificando algumas empresas de referência na região. -----

2 - Vereador José Torcato Ribeiro - Saudou todos os presentes, cumprimentando especialmente o Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, todas as entidades presentes e os anfitriões (Agrupamento de Escolas Virgínia Moura). Agradeceu e elogiou a atuação da Banda Filarmónica de Moreira de Cónegos. Disse querer reiterar – tal como tem sempre dito nestas reuniões - que deveria disponibilizar-se previamente a todos os vereadores os projetos relativos às intervenções que se preveem realizar, e que aqui foram hoje apresentados. Sobre o Cemitério, perguntou por quanto tempo vai este equipamento servir a população, parecendo-lhe que a intervenção não será suficiente, questionando, ainda, qual a razão de este alargamento não ser executado pelo lado esquerdo, onde há mais terreno disponível. Disse, a propósito, que quando a Câmara Municipal se decidir pela conclusão da construção de um crematório, será resolvida esta premência de alargamento de cemitérios. Manifestou concordância com o que foi dito pelo Vereador André Coelho Lima sobre a mobilidade, dizendo que Moreira de Cónegos é uma Vila muito dispersa, integrando quatro

centros cívicos, as zonas da Igreja, do Parque e da Piscina, Desportiva e Escolar. Assim, disse só fazer sentido a coesão de um concelho se houver outra aposta nos transportes, para que o concelho não perca população e não perca igualmente os laços afetivos a Guimarães. Sobre este espaço onde se realiza a reunião, integrado no Agrupamento de Escolas denominado Virgínia Moura, disse querer fazer uma referência especial à personalidade de Virgínia Moura, dando a conhecer algumas das suas lutas, designadamente a sua atividade política que se iniciou aos 16 anos.

3 - Presidente da Câmara – Disse que a Vila de Moreira de Cónegos tem o reconhecimento de todos, sendo uma terra de gente trabalhadora, com uma marca industrial muito forte e uma dinâmica empresarial também muito forte. Referiu, também, o associativismo, com especial relevância para o Moreirense Futebol Clube. Disse, quanto aos transportes públicos, que as opiniões se dividem sobre a forma como esta atividade deve ser gerida. A propósito, disse estar convicto que a concessão – tal como a Câmara Municipal de Guimarães tem feito – é a melhor forma de gerir o transporte público. Concordou que a coesão do território faz-se facilitando a mobilidade das populações. Informou que o transporte público de passageiros vai passar a ser da competência municipal, pelo que se terá de estudar este processo de uma forma integrada e articulada com os municípios vizinhos, para uma melhor mobilidade. Sobre a ampliação do cemitério, disse que esta fase do projeto está a ser trabalhada com o Presidente da Junta de Freguesia, podendo seguir-se outras fases em função da evolução que se virá a verificar com o serviço de cremação, no Cemitério de Monchique. Explicou, ainda, a opção de não se estar para já a utilizar os terrenos localizados à esquerda do cemitério, que tem que ver com o facto de terem muitas linhas de água, o que dificulta



qualquer intervenção. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do ofício da VITRUS – Ambiente, EM, SA, remetendo, para conhecimento, em cumprimento do disposto na alínea e) do art.º 42.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o relatório de execução orçamental referente ao 4.º trimestre do ano de 2015. -----

2. Do ofício da VITRUS – Ambiente EM SA remetendo, para conhecimento, em cumprimento do disposto dos Estatutos da VITRUS e do regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Relatório e Contas de 2015, acompanhado da respetiva Certificação Legal das Contas, do Parecer do Fiscal Único e da ata da Assembleia Geral. -----

3. Do ofício da Eco - Ave – Sucatas CIPRL remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2015. -----

4. Do ofício do Instituto Design Guimarães remetendo, para conhecimento, o relatório anual do IDEGUI – Instituto de Design de Guimarães – Associação para a Regeneração Económica, composto do Relatório de Atividades desenvolvidas e pelas contas (balanço, demonstração de resultados e anexo à demonstração de resultados) e ainda o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de 2015. -----

5. Do ofício da Cooperativa Taipas Termal remetendo, para conhecimento, o Relatório de Atividades, Relatório de Gestão (demonstrações financeiras e individuais de 2015, demonstração de resultados por natureza e anexos às demonstrações financeiras, Parecer do Conselho Fiscal e ata da Assembleia Geral. -----

6. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de abril de 2016, que adjudicou a “M. Couto Alves, S.A.” a empreitada designada por “**Ligação da Rotunda de Mouril à Variante de Creixomil**”, pelo preço de €270.731,59 + IVA. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2016. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Ricardo Araújo não participou na discussão e na votação da ata por não ter estado presente na reunião.-----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Moreira de Cónegos solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos utentes da universidade sénior, no dia 4 de Abril, ao Centro Histórico de Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a realização de visitas pelos locais de relevante interesse cultural e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 16 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o transporte solicitado, para ratificação.”
DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Infantas solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos utentes do centro



de convívio, no dia 4 de Abril à Estação de Tratamento de Águas da Vimágua, em Prazins Santa Eufémia. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a realização de uma visita às instalações de tratamento de águas e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 23 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o pedido de transporte solicitado, para ratificação.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – PROJETO CANDOSO ATIVO - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta:

“No âmbito do Orçamento Participativo de 2015 foi submetido e aprovado o Projeto “Candoso Ativo” que tem como principal objetivo a promoção de envelhecimento ativo através da dinamização de atividades de animação sociocultural prevenindo desta forma o isolamento social para pessoas com idade igual ou superior a 55 anos da Freguesia de Candoso S. Martinho. O aumento do envelhecimento e da longevidade da população e das patologias adjacentes a este processo conduz à necessidade de proporcionar respostas de intervenção social baseadas na promoção de condições de autonomia e bem-estar, favorecendo a permanência das pessoas dependentes no domicílio e no seu meio familiar e social. Sendo Candoso S. Martinho uma das freguesias do concelho mais envelhecida e atendendo à insuficiência de respostas torna-se pertinente a implementação de projetos que respondam às necessidades desta população. Considerando os

termos do disposto no n.º 3 do artigo 115.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as competências para a gestão destes projetos ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias onde se pretendem implementar, em virtude de se encontrarem mais perto das populações e, por isso, melhor conhecedoras das necessidades destas. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos previstos na alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, a celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Candoso S. Martinho, conforme minuta em anexo. Mais se propõe, submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este contrato interadministrativo no valor total de €24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos euros), de acordo com o quadro que se segue: -----

Ano	Montante	Percentagem	Mês de Pagamento
2016	12,400,00€	50%	maio
	6,200,00€	25%	novembro
2017	6,200,00	25%	fevereiro
Total	24,800,00€		

A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE FERMENTÕES – TRABALHOS A EXECUTAR NA RUA SENHORA DA CONCEIÇÃO, RUA DE SANTA EULÁLIA, RUA FERNANDO PESSOA, RUA MONTE DE TORIZ, RUA DE MINOTES, RUA DA PEREIRA, RUA JOSÉ RIBEIRO FREITAS, RUA DE MELRE, RUA ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO E RUA D.CARLOS PEREIRA GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: "Pretende-se executar trabalhos de



alargamento, pavimentação, drenagem das águas pluviais e construção de passeios em várias ruas, nomeadamente: rua Senhora da Conceição, rua de Santa Eulália, rua Fernando Pessoa, rua Monte de Toriz, rua de Minotes, rua da Pereira, rua José Ribeiro Freitas, rua de Melre, rua Arqueólogo Mário Cardoso e rua D. Carlos Pereira Guimarães. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €103.877,00, de acordo com as quantificações em anexo. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à Freguesia de Fermentões de uma verba no valor de €73.000,00, destinada à execução das obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**FREGUESIAS - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS –
ALARGAMENTO, PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE REDE
DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RUA DO OUTEIRO** – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se executar obras de alargamento, pavimentação e construção de rede de águas pluviais da rua do Outeiro, tendo em conta a necessidade de melhorar os acessos às várias unidades empresariais existentes naquela rua. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €71.648,23, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta a natureza

dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal a atribuição à Freguesia de Moreira de Cónegos de uma verba no valor de €40.000,00, destinada à execução das obras de alargamento, pavimentação e construção de rede de águas pluviais da rua do Outeiro, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS (CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS) –

Presente a seguinte proposta: “Estabelece o disposto no n.º 2 do artigo 117.º, em conjugação com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações. O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia tendo em vista a celebração de contratos de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos na alínea l), do nº 1, do art.º 33º do aludido diploma legal, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no ano de 2016, no âmbito da manutenção, conservação e reparação das vias municipais, bem como a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços e redes de circulação integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal,



conforme estabelecido nas alíneas bb) e ee) do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, sendo que as verbas a conceder neste domínio foram ponderadas de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da referida Lei n.º 75/2013, a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2016, por conta das competências a delegar, cujo valor anual consta do mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: " Os sentidos de voto em reunião de Câmara são instrumentos políticos. Os mesmos não podem ter o significado de tentar bloquear aquilo que pretende um determinado ponto da agenda mas antes de manifestação de discordância política quanto à forma e ao modo como ele nos é proposto. É o que sucede neste ponto. Os vereadores eleitos nas listas do PSD e do CDS jamais tentariam bloquear ou impedir as transferências que o Município pretende fazer para cada uma das suas freguesias, seja a título de delegação

de competências mediante contrato interadministrativo (ponto 13) seja a título de subsídio designado como Apoio Municipal às Freguesias do concelho de Guimarães (ponto 14). Mas por outro lado, têm que poder manifestar de modo politicamente relevante a sua mais viva discordância com a forma como a Câmara de Guimarães atua com as suas Freguesias e com os montantes que a mesma Câmara dispensa às autarquias locais que lhe asseguram proximidade com a população. A nossa posição é coerente com o que vimos dizendo, já de há vários mandatos a esta parte mas mais especificamente neste mandato, em que mudaram os protagonistas mas se manteve a postura de desconsideração e desrespeito político pelas Juntas de Freguesia do concelho de Guimarães. Temo-lo defendido em diversas e diferentes ocasiões. Mas ainda no ano anterior, em 14.01.2015, apresentamos uma proposta à Câmara Municipal para que esta distribuísse de modo equitativo pelas suas Juntas de Freguesia o montante remanescente da II edição do Orçamento Participativo, que ascendia a €772.000,00. O Partido Socialista opôs-se a esta proposta, votou contra. Mas mais significativo e ainda mais recentemente, os vereadores da coligação Juntos por Guimarães corporizaram aquela que tem sido a sua proposta já de há muito tempo a esta parte, apresentando para votação desta Câmara, no dia 21.10.2015, uma proposta para que *"a verba destinada anualmente pelo Município de Guimarães para transferência para as suas juntas de freguesia, por Delegação de Competências (contratos interadministrativos), ou Apoio Municipais (subsídios), seja correspondente ao dobro do valor que anualmente lhes seja atribuído pelo Fundo de Financiamento das Freguesias"*. O Partido Socialista rejeitou esta proposta, votando contra. Atitude que é absolutamente reveladora da falta de respeito do executivo



socialista pelo princípio da autonomia do poder local que a Câmara de Guimarães reclama do Estado Central, mas recusa aplicar às suas Juntas de Freguesia. Para que se perceba do que estamos a falar: Neste ponto e no ponto subsequente é-nos proposta a distribuição de verbas atribuídas pela Câmara de Guimarães às suas freguesias, num valor total de €1.100.000,00 (um milhão e cem mil euros). Se tivesse sido aprovada a proposta que a coligação Juntos por Guimarães apresentou em Out-2015 o valor a atribuir às freguesias do nosso concelho, pela Câmara de Guimarães, ascenderia a €4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil euros), atendendo a que a verba transferida pelo Fundo de Financiamento de Freguesia foi de €2.400.000,00. A Câmara mantém uma postura intencional de criação e incentivo da dependência das Juntas de Freguesia da sua Câmara Municipal. Cultiva a subserviência que gosta que os Presidentes de Junta manifestem para poderem ter a simpatia da Câmara e do seu Presidente. Desrespeita, todos os dias, o princípio da autonomia do poder local. É sabido que as verbas de que dispõem as juntas de freguesia para sua gestão própria, enquanto autarquia local, são insuficientes para uma intervenção política independente e mais eficaz em prol das populações que representam. Esta proposta nada mais manifesta do que uma continuação de uma política que vem sendo seguida até aqui, política essa com a qual discordamos frontalmente. Por essa razão, por discordarmos politicamente daquilo que significa esta delegação de competências, ao arrepio do que sempre defendemos nesta matéria, votamos **contra** este ponto. Manifestando expressamente não discordarmos do conjunto de intervenções que cada delegação de competências ou apoio municipal atribuídos proporcionam.” -----

FREGUESIAS - CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS

FREGUESIAS – Presente a seguinte proposta: “Estabelece o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no ano de 2016, no âmbito das suas atribuições no domínio, entre outras, do equipamento rural e urbano, do ambiente e salubridade, do desenvolvimento, do ordenamento urbano e rural e da proteção da comunidade, sendo suas competências próprias nessa matéria, designadamente, gerir, conservar e ou promover a limpeza e reparação de espaços públicos e equipamentos de âmbito local e administrar e conservar o património da freguesia, conforme estabelecido nas alíneas z), aa), bb), hh) e ii) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo diploma legal, sendo que as verbas a conceder foram ponderadas, de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores, tendo em vista a concessão de apoios municipais. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Contratos de Atribuição de Subsídio com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam e ainda a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2016, cujo valor anual consta do mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos



dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os sentidos de voto em reunião de Câmara são instrumentos políticos. Os mesmos não podem ter o significado de tentar bloquear aquilo que pretende um determinado ponto da agenda mas antes de manifestação de discordância política quanto à forma e ao modo como ele nos é proposto. É o que sucede neste ponto. Os vereadores eleitos nas listas do PSD e do CDS jamais tentariam bloquear ou impedir as transferências que o Município pretende fazer para cada uma das suas freguesias, seja a título de delegação de competências mediante contrato interadministrativo (ponto 13) seja a título de subsídio designado como Apoio Municipal às Freguesias do concelho de Guimarães (ponto 14). Mas por outro lado, têm que poder manifestar de modo politicamente relevante a sua mais viva discordância com a forma como a Câmara de Guimarães atua com as suas Freguesias e com os montantes que a mesma Câmara dispensa às autarquias locais que lhe asseguram proximidade com a população. A nossa posição é coerente com o que vimos dizendo, já de há vários mandatos a esta parte mas mais especificamente neste mandato, em que mudaram os protagonistas mas se manteve a postura de desconsideração e desrespeito político pelas Juntas de Freguesia do concelho de Guimarães. Temo-lo defendido em diversas e diferentes ocasiões. Mas ainda no ano anterior, em 14.01.2015, apresentamos uma proposta à Câmara Municipal para

que esta distribuisse de modo equitativo pelas suas Juntas de Freguesia o montante remanescente da II edição do Orçamento Participativo, que ascendia a €772.000,00. O Partido Socialista opôs-se a esta proposta, votou contra. Mas mais significativo e ainda mais recentemente, os vereadores da coligação Juntos por Guimarães corporizaram aquela que tem sido a sua proposta já de há muito tempo a esta parte, apresentando para votação desta Câmara, no dia 21.10.2015, uma proposta para que *"a verba destinada anualmente pelo Município de Guimarães para transferência para as suas juntas de freguesia, por Delegação de Competências (contratos interadministrativos), ou Apoio Municipais (subsídios), seja correspondente ao dobro do valor que anualmente lhes seja atribuído pelo Fundo de Financiamento das Freguesias"*. O Partido Socialista rejeitou esta proposta, votando contra. Atitude que é absolutamente reveladora da falta de respeito do executivo socialista pelo princípio da autonomia do poder local que a Câmara de Guimarães reclama do Estado Central, mas recusa aplicar às suas Juntas de Freguesia. Para que se perceba do que estamos a falar: Neste ponto e no ponto subsequente é-nos proposta a distribuição de verbas atribuídas pela Câmara de Guimarães às suas freguesias, num valor total de €1.100.000,00 (um milhão e cem mil euros). Se tivesse sido aprovada a proposta que a coligação Juntos por Guimarães apresentou em Out-2015 o valor a atribuir às freguesias do nosso concelho, pela Câmara de Guimarães, ascenderia a €4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil euros), atendendo a que a verba transferida pelo Fundo de Financiamento de Freguesia foi de €2.400.000,00. A Câmara mantém uma postura intencional de criação e incentivo da dependência das Juntas de Freguesia da sua Câmara Municipal. Cultiva a subserviência que gosta que os Presidentes de Junta



manifestem para poderem ter a simpatia da Câmara e do seu Presidente. Desrespeita, todos os dias, o princípio da autonomia do poder local. É sabido que as verbas de que dispõem as juntas de freguesia para sua gestão própria, enquanto autarquia local, são insuficientes para uma intervenção política independente e mais eficaz em prol das populações que representam. Esta proposta nada mais manifesta do que uma continuação de uma política que vem sendo seguida até aqui, política essa com a qual discordamos frontalmente. Por essa razão, por discordarmos politicamente daquilo que significa esta delegação de competências, ao arrepio do que sempre defendemos nesta matéria, votamos **contra** este ponto. Manifestando expressamente não discordarmos do conjunto de intervenções que cada delegação de competências ou apoio municipal atribuídos proporcionam.” -----

REGULAMENTOS - INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO INTERNO ESPECÍFICO DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA ALCOOLEMIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação: “O regulamento

interno específico de prevenção e controlo da alcoolemia, aprovado pela Câmara Municipal em 6 de fevereiro de 2014, necessita de ser revisto, de modo a serem atualizados alguns aspetos decorrentes de alterações legislativas, sendo ainda de proceder, caso se justifiquem, a outras alterações que se revelem adequadas à sua exequibilidade. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com a al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, o órgão competente para decidir desencadear o procedimento é a Câmara Municipal. Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove: a) A abertura do procedimento tendente à revisão do regulamento interno específico de prevenção e

controlo da alcoolemia da Câmara Municipal de Guimarães; b) Que, sem prejuízo da audição e participação das associações sindicais representadas na autarquia, a publicitação da iniciativa procedimental seja efetuada no sítio institucional do Município, devendo os interessados constituir-se como tal, no procedimento, no prazo de 10 dias úteis contados da data daquela publicitação, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração dos mencionados Regulamentos. c) Que a apresentação dos contributos para a revisão do regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

REGULAMENTOS – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO QUE DISTINGA TRABALHO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DO DIREITO PÚBLICO E DEMOCRACIA LOCAL – Presente a

seguinte informação: “Pretende-se aprovar um regulamento municipal com vista a instituir um prémio que anualmente distinga o melhor trabalho, artigo ou dissertação de mestrado, apresentado na Escola de Direito da Universidade do Minho, que contribua para o estudo e desenvolvimento de temas relativos ao Direito do Poder Local. Para esse efeito, e nos termos dos artigos 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e artigos 139.º a 144.º (quanto à eficácia do regulamento) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à elaboração e posterior aprovação pelos competentes órgãos do Município, daquele regulamento municipal. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como



tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração do mencionado Regulamento. A apresentação dos contributos para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – CLASSIFICAÇÃO DAS MURALHAS DE GUIMARÃES/CERCA URBANA DE GUIMARÃES COMO MONUMENTO NACIONAL – Presente uma proposta apresentada

pelo Vereador José Torcato Ribeiro propondo que a Câmara Municipal de Guimarães, no cumprimento das suas competências e da sua missão de proteger, divulgar e dignificar o património do concelho, inicie procedimento administrativo para a classificação das Muralhas de Guimarães/Cerca Urbana de Guimarães como Monumento Nacional, nos termos da Lei 107/2001, de 8 de setembro e do DL 309/2009, de 23 de outubro. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta que mereceu o número dezassete da Ordem de Trabalhos por considerarmos que, apesar das Muralhas de Guimarães constarem da lista de Monumentos Nacionais da DGPC – Direção Geral do Património Cultural (com o nº 2293 de inventário) e terem o perímetro de proteção definido no Diário do Governo de 30 de Agosto de 1958, a alusão ao decreto de 16 de junho de 1910 como suporte legal de classificação não encontra correspondência no conteúdo do mesmo. Porque importa clarificar

do ponto de vista formal esta classificação, entendemos que deve ser formalizado junto da Direção Geral do Património Cultural o pedido de resolução desta desconformidade, considerando que o procedimento administrativo de classificação de um bem imóvel é instruído pela DGPC, em articulação com as direções regionais de cultura (de acordo com a respetiva área de atuação). Em território continental, é atribuição da DGPC propor ao Governo a classificação de bens imóveis de interesse nacional e de interesse público, cabendo-lhe assim, aquando da instrução de um procedimento de classificação, a aplicação da definição do interesse cultural relevante que configura o universo do património cultural nacional, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e dos critérios genéricos de apreciação enunciados no artigo 17.º da mesma lei. O Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, em vigor desde 1 de janeiro de 2010, regulamenta a tramitação do ato de classificação.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto**:
“Desde sempre entendemos a política como a arte da construção do bem comum assente em princípios e valores emanados da cultura ocidental, ela mesmo alicerçada numa raiz grega e judaico-cristã. Sendo pois esse o nosso pensamento acerca do que deve constituir a política e, sensatamente sabendo que os iluminados são mais fruto da imaginação narcisística de alguns, do que propriamente realidade presente neste mundo terreno, entendemos ser de importância fundamental, saber ouvir e saber apreciar a opinião dos outros, as suas propostas, os seus projetos, e apoiá-las quando estamos de acordo ou, não estando de acordo, apresentar as razões pelas quais discordamos e a solução ou soluções alternativas preconizadas. Assim entendemos dever ser a



política, nomeadamente a chamada política de proximidade, aquela desenvolvida ao nível das autarquias locais - freguesias e municípios. Quando assistimos ao preocupante aumento do desinteresse dos cidadãos pela participação cívica na vida das suas comunidades, traduzido no significativo aumento do nível da abstenção nos atos eleitorais, sempre a ultrapassar os 40% e a aproximar-se mesmo dos 50%, deveríamos perguntar a nós próprios qual a nossa quota de responsabilidade por tal situação. Muitas serão, com certeza, as razões que para isso terão contribuído, mas ao caso não será também estranha a nossa postura no quotidiano político. Quantas vezes uma ideia, uma proposta, ou um projeto meritório, altamente meritório, porque provém de outra área ou quadrante político não merece ou não pode merecer o nosso apoio por entendermos, na pequenez do nosso pensamento, que tal situação poderá trazer consequências negativas para a nossa força política, mesmo que eventualmente tal situação se possa traduzir num verdadeiro prejuízo para a comunidade. Os nossos concidadãos não compreendem tais atitudes. E não deixam de ficar marcados. É, pois, nossa obrigação, assumirmos uma postura de seriedade política se queremos passar uma adequada mensagem a quem em nós confiou. Da nossa parte assim o temos tentado fazer ao aprovar a grande maioria, talvez mais de 90% das propostas presentes nas agendas das nossas reuniões de Câmara. Mais uma vez o iremos fazer, agora nesta proposta apresentada pelo senhor vereador Torcato Ribeiro, proposta com a qual estamos na generalidade de acordo e por isso a votaremos favoravelmente. De facto, se é certo que várias têm sido as razões que tem contribuído para que desde sempre se tenha considerado a nossa muralha como monumento nacional, seja pelo real interesse nacional que ela mesmo representa

enquanto documento histórico intimamente ligado à defesa da cidade e, por essa mesma razão, à própria consolidação da nacionalidade, seja porque a própria documentação e legislação assim o sustenta como a Portaria do Ministério da Educação de 30 agosto 1958 ao referir que "*se fixa o perímetro de proteção à muralha de Guimarães classificada como monumento nacional*", se tudo isto é confirmadamente verdade, por outro lado, tal como refere a presente proposta, a muralha da cidade não faz parte do conjunto dos 16 monumentos nacionais inscritos na lista anexa ao decreto do Ministério das Obras Públicas de 16 junho 1910 que cria os referidos monumentos nacionais vimaranenses. Entendemos, pois, ser chegada a hora de formalizar a classificação da muralha da cidade como monumento nacional. Se tal formalização tivesse em verdade ocorrido aquando da publicação do decreto em 1910, não poderia o troço junto à praça da Mumadona ter sido demolido numa extensão próxima dos 150 m em 1943. Nem a porta atualmente utilizada para entrada do pessoal do município, aberta na muralha e tão veementemente criticada pelo ilustre arqueólogo vimaranense, coronel Mário Cardoso, chamando a atenção para confusão que poderia vir a causar no futuro aos historiadores, poderia tão pouco ter sido aberta se estivesse já classificado como monumento nacional. E, provavelmente, também este episódio recente relacionado com a torre da alfândega não tivesse ocorrido, nem a própria torre teria sido objeto das intervenções que foi no passado recente. Iremos, pois, por todas estas razões votar favoravelmente a presente proposta. E que esta postura, mais uma vez por nós assumida, de apoio a uma proposta da CDU, possa servir de exemplo e eventualmente replicada não só pelos vereadores do partido Socialista como também pelo próprio vereador Torcato Ribeiro da CDU relativamente às propostas que



apresentamos e que nunca, ou muito raramente, têm o acolhimento político da CDU.” -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR À ASSOCIAÇÃO PADRE MAYMONA – PROCº 40/15/2002 –

Presente a seguinte proposta: “A Associação Padre Maymona, APAMA, sediada em Cabinda (Angola) e com filial no Edifício Glória nº13/D, Rua Nossa Senhora das Vitórias, em Fátima, solicita a doação de mobiliário escolar destinado ao apetrechamento da Escola Nossa Senhora de Fátima sita em Cabinda, Angola, que se encontra em fase de construção, destinada às crianças pobres daquela localidade. Aquela Associação não tem fins lucrativos e tem como objetivo principal lutar contra o analfabetismo, educar, formar crianças e jovens numa perspetiva global e integrada, através de um ensino de excelência e qualidade, assim como a construção de escolas. Outras entidades estão a colaborar para a boa execução deste projeto, nomeadamente a empresa José Júlio Jordão, Lda, sediada no Parque Industrial de Ponte, através da doação de alumínio necessários à obra de construção da Escola Nossa Senhora de Fátima, em Cabinda. Conforme nos foi transmitido pelo próprio Padre Alexandre Muanda Maymona, fundador da Associação, graças à ajuda e boa vontade de várias entidades, os trabalhos de construção da Escola tiveram um avanço, tal como demonstram as fotos que nos foram remetidas, tornando real o que, até então, seria um sonho. Através da colaboração da autarquia neste projeto, é possível construir um futuro melhor para aquelas crianças, permitindo a alfabetização da nova geração de Cabinda. O transporte do material será da responsabilidade da Associação. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, aqueles serviços dispõem de algum equipamento recolhido das escolas de 1º ciclo encerradas

que, embora se encontre em razoável estado de conservação, não responde às necessidades dos estabelecimentos de ensino, pelo que poderá ser doado. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, à Associação Padre Maymona, APAMA, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de **€3.760,00**. -

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
8 Quadros de escrita a giz de 2500x1200mm	€ 70,00	€ 560,00
8 Secretárias de professor	€ 50,00	€ 400,00
100 Cadeiras de aluno	€ 4,00	€ 400,00
160 Mesas duplas de sala de aula	€ 15,00	€ 2.400,00
Total		€ 3.760,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES - MINUTA DO CONTRATO DE DOAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CESMINHO - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO, ESCRITÓRIO E SERVIÇOS DO MINHO

Presente a seguinte proposta: "No âmbito dos contactos que tem havido entre responsáveis do antigo Sindicato dos Caixeiros, hoje CESMINHO e a Câmara Municipal, no sentido de estabelecer um contrato de doação da biblioteca deste sindicato (fundos documentais e mobiliário) existentes nas suas instalações, na Rua da Rainha, Guimarães, proponho seja submetida a Reunião de Câmara a minuta do contrato de doação que anexo para aprovação." A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL

Presente a seguinte proposta: "De acordo com informação datada



de 6 de abril último, apresentada pelo Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, tem vindo a agudizar-se a falta de recursos humanos no serviço de recolha de resíduos, o que conduziu já à extinção de alguns circuitos. Está a ser elaborado um estudo no sentido de se proceder à otimização de rotas e da sua frequência, do qual resultará, designadamente, o número definitivo de recursos humanos necessário para a realização dos circuitos que se venham a definir após esse processo de otimização. Até que essas conclusões estejam disponíveis, torna-se necessário, para assegurar a prestação deste serviço público essencial, reforçar de imediato a equipa de recolha de resíduos com mais 10 assistentes operacionais, com carácter não permanente, ou seja, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo. Considerando que esses postos de trabalho temporários não se encontram previstos no Mapa de Pessoal para 2016, propõe-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação da sua alteração, conforme anexo, ao abrigo do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. Mais se propõe que, de acordo com proposta da Divisão de Estudos e Projetos, integrada no Departamento de Obras Municipais, se efetue a correção da descrição associada ao posto de trabalho já previsto no mapa de pessoal no âmbito daquele Departamento, correspondente a técnico superior na área da arquitetura, no sentido da sua adequação às necessidades do serviço, conforme anexo.” O referido anexo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - TRANSFERÊNCIA DE VERBA DO

MUNICÍPIO DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2016 - ASSOCIAÇÃO DO QUADRILÁTERO URBANO – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães é associado, em conjunto com os Municípios de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, da associação de municípios de fins específicos “QUADRILÁTERO URBANO”, que tem como fim principal a implementação do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), e prosseguindo uma estratégia potenciadora da relação entre um modelo urbano policêntrico qualificado e inovador nas práticas de governança urbana e territorial e uma estratégia de competitividade e internacionalização da base económica sustentada em competências e recursos para a inovação gerados a partir da ligação entre os tecidos científicos, de formação, tecnológico e empresarial. A associação Quadrilátero Urbano, consciente de que a projeção competitiva a nível internacional da região, renovou-se e atualizou-se num novo Pacto para o atual período até 2020. O Pacto Estratégico de Cooperação Quadrilátero Urbano 2020, define-se uma Visão, uma Missão e as áreas de Atuação da Associação e as entidades signatárias comprometem-se a representar e a promover o território, mobilizando recursos e competência para a operacionalização da Agenda Comum e impulsionando novos projetos que contribuam para a projeção desta rede de cidades. Uma das obrigações dos associados, nos termos da al. c) do art.º 5.º dos Estatutos é efetuar as contribuições financeiras nos termos estabelecidos na lei e nos estatutos. Estas contribuições financeiras são, nos termos do art.º 36.º dos mesmos Estatutos, fixadas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo, para comparticipar nas despesas correntes da gestão da associação, através de um valor definido anualmente, com pagamentos mensais, como efetivamente



sucedeu através das deliberações de 06/12/2011 e 20/12/2012, respetivamente. Tal como aconteceu nos anos de 2011 e 2012, através da deliberação da Câmara Municipal de 11/05/2011 e 12/11/2012, é necessário que a Câmara Municipal aprove a transferência das verbas que competem ao Município de Guimarães relativas ao ano de 2016 num valor mensal de € 1.200,00, num total anual de €14.400,00, em conformidade com os documentos em anexo, nomeadamente a Proposta a Conselho Executivo, a Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, nº99/16 de 16/03/2016; nº 07/16, 21/03/2016 e nº09/16 de 24/03/2016 respetivamente.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

O Presidente da Câmara e o Vereador Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade, tendo o Vereador Amadeu Portilha assumido a presidência da reunião na discussão e votação da presente proposta. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS - GESTÃO DA CASA DA MEMÓRIA - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 69/2015, DE 16 DE JULHO, QUE PROCEDEU À SEGUNDA ALTERAÇÃO ÀS LEIS N.ºS 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, E 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E PRIMEIRA ALTERAÇÃO À LEI N.º 53/2014, DE 25 DE AGOSTO, E AO DECRETO-LEI N.º 92/2014, DE 20 DE JUNHO,

INTRODUZINDO CLARIFICAÇÕES NOS RESPETIVOS

REGIMES – Presente a seguinte proposta: **"I. ENQUADRAMENTO**

PRÉVIO: 1. A Casa da Memória é um projeto inovador que visa ser uma âncora da História e da Cultura de Guimarães, nas perspectivas histórica, social, cultural, económica e vivencial, cuja inauguração está prevista para dia 25 de abril de 2016. **2.** Situada num antigo complexo fabril, a extinta fábrica de plásticos Pátria, foi projetada para se tornar local de encontro, partilha e reflexão dos vimaranenses com e sobre as suas raízes, tradições e memórias. **3.** Simultaneamente, para os visitantes, este será um espaço para experimentar e mergulhar na essência da comunidade viva que identifica e distingue Guimarães. **4.** Trata-se de um projeto extremamente exigente e complexo, inserto na área da cultura, que terá de corresponder com uma postura dinâmica e proactiva à exigência das expectativas da comunidade e do público em geral. **5.** Um dos principais desafios da Casa da Memória no futuro é fazer história e construir memória – isto é, atualizar-se e integrar novas memórias coletivas na sua exposição, acompanhando a dinâmica desta narrativa que nunca será estática. **6.** Durante a fase de definição de conceitos estratégicos, guiões expositivos e lay-out expositivo da Casa da Memória, o Município assumiu a gestão direta dos diversos procedimentos conducentes à criação e instalação da sua exposição permanente. **7.** Sucede que a necessidade de um acompanhamento e coordenação efetiva dos conteúdos a integrar a exposição não se esgota no momento da inauguração. **8.** Pelo contrário, será um trabalho continuado, assente numa dinâmica que pretende transmitir ao público em geral uma visão geral da cidade de Guimarães, induzindo o público a visitar outras instituições que estarão refletidas, naturalmente, na "memória" desta casa. **9.** E é neste contexto que a gestão de



um projeto com as valências da Casa da Memória implica um modelo de gestão capaz de cumprir eficaz e eficientemente a estratégia e programas definidos. **10.** Desta forma, com a elaboração do Relatório Final da Casa da Memória, foram identificadas as premissas necessárias à sua operacionalização, designadamente, incluir a participação dos agentes culturais, associativos, turísticos e comunidade da cidade e da região no desenvolvimento e implementação da estratégia; fomentar a abertura e relação de proximidade com o sistema de ensino e centros de investigação; promover a acessibilidade e as relações de proximidade com os vários segmentos de públicos: a comunidade local, os turistas, os agentes culturais, educativos e sociais. **11.** Assim como identificados, igualmente, os recursos necessários à sua operacionalização, quer materiais, quer técnicos e humanos, concluindo que, para a manutenção da dinâmica que se pretende com o espaço criado, a transferência da Casa da Memória para a entidade que atualmente exerce a gestão de equipamentos municipais congéneres: A Oficina-Centro de Artes Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, é a solução de recurso ótima, também numa lógica de aproveitamento e rentabilização dos recursos técnicos e humanos de que já dispõe. **12.** De facto, a Oficina possui um extenso e incontornável *know-how* na gestão operacional de equipamentos congéneres na cidade que não apenas oferece garantias ao cumprimento da Estratégia proposta para a Casa da Memória, como do ponto de vista da racionalidade financeira e de gestão inequivocamente representará benefícios.

II. DA MANUTENÇÃO DA VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA OFICINA: **13.** Com a publicação da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a Lei da Atividade Empresarial Local

(doravante a LAEL), pelo aditamento de um terceiro número ao seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI da sua sistematização passou a aplicar-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º - no caso a Oficina.

14. Estando, portanto, sujeita à verificação legal do cumprimento dos rácios a que se refere o artigo 62.º, n.º 1 daquele regime. **15.** Sucede que a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que recentemente aprovou o Orçamento de Estado para 2016, procedeu à terceira alteração àquele regime jurídico, aditando ao referido artigo 62.º, o n.º 15 que aqui se transcreve: *"o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura"*. **16.** Pelo que o contrato que se pretende aqui submeter a aprovação não concorre para o desequilíbrio financeiro da empresa em questão, para os efeitos do regime a que deve obediência legal. **17.** Assim, considerando tratar-se de atividade de interesse geral, nos termos da LAEL, e que integra o âmbito das atribuições do Município, nos termos das alíneas e) e f) do já suprarreferido n.º 2 do artigo 23.º do RJAL. **18.** Considerando ainda que a LAEL estipula a celebração de contratos-programa que titulam as transferências de verbas dos Municípios para as Cooperativas de Interesse Público como contrapartida das obrigações assumidas, quando é estipulada a adoção da prática de preços sociais. **19.** Considerando, finalmente, que a transferência de verbas do Município para a Oficina será fundamental para que esta possa praticar preços sociais pela venda dos serviços que irá prestar aos utilizadores visitantes da Casa da



Memória, por imposição do Município e que se prende com as suas obrigações enquanto serviço público. **III. PROPOSTA – 1.** Proponho que, assente nas razões anteriormente enunciadas, a Câmara Municipal de Guimarães delibere, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da LAEL, aprovar a presente proposta concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL visando a gestão da Casa da Memória. **2.** Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da LAEL, titula a transferência da *“Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura”*, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas (que se junta em anexo da minuta de contrato programa), nos termos previstos na alínea c), do nº6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, em vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: **3.** Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização dos serviços constitui receita da Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL; **4.** Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho,

repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a informação financeira anexa. **5.** Deliberar que, em conformidade com o disposto no nº 7 do aludido artigo 47º, caso o respetivo contrato seja aprovado pelo órgão deliberativo municipal, depois de celebrado, o mesmo seja comunicado à Inspeção-Geral de Finanças e submetido a sessão de visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do nº 2, do art.º 48º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. Anexam-se: a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante.” Os documentos acima mencionados dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Neste ponto da Ordem de trabalhos é proposta a aprovação de um contrato programa entre a autarquia e a cooperativa de interesse publico a Oficina com vista à gestão da Casa da Memória, a ser inaugurada no próximo dia 25 de Abril, prevendo-se a atribuição de um subsídio de exploração da atividade no montante de €240.000,00. A transferência da gestão deste equipamento para a Oficina é justificada numa lógica de aproveitamento dos recursos técnicos e humanos que esta já dispõe, na experiência e know how de gestão de equipamentos municipais congéneres que a Régie cooperativa detém e tendo em conta as limitações legais em matéria de recrutamento de recursos humanos existentes para as autarquias. **1.** Os Vereadores da Coligação Juntos Por Guimarães nada têm a opor a esta proposta, considerando normal, natural e racional que, existindo uma



estrutura como a régie Cooperativa Oficina e considerando o seu objeto social, a sua missão e experiência, que esta entidade fique responsável pela gestão da Casa da Memória, um equipamento que visa promover e dar visibilidade à História e Memória de Guimarães nas perspetivas histórica, cultural, económica e vivencial. **2.** Não podemos no entanto deixar de manifestar a nossa firme condenação política pela forma como todo este projeto foi conduzido pela maioria Socialista desde o seu início, resultando num enorme atraso na sua inauguração e abertura. Recordamos que este era um projeto inserido na Capital Europeia da Cultura 2012 e só passados 4 anos deste marco Cultural de Guimarães este projeto vê a "Luz do dia". Entretanto assistimos a uma sucessão de datas de inauguração falhadas, anúncios públicos do Presidente de Câmara, nomeações de Diretores Executivos, tudo isto denegrindo a imagem pública de Guimarães, a sua afirmação cultural e custos acrescidos para o erário público. **3.** A Sociedade Martins Sarmiento, instituição de referência do nosso concelho era entendida inicialmente como um parceiro âncora e estratégico deste projeto. Previa-se até que a sua participação permitisse alcançar a sua sustentabilidade financeira. Dizia o Dr. Domingos Bragança em 2013: "Essa produção da nossa memória poderá passar por muito trabalho que será incumbido à Martins Sarmiento. Obviamente será trabalho que terá que ser pago. E penso que através desse trabalho e de outros na nossa rede de equipamento culturais e de conhecimento, nós poderemos trazer de novo a sustentabilidade à Casa Martins Sarmiento". No entanto, continuamos sem perceber qual será ao certo o papel desta nobre instituição vimaranense no futuro deste projeto e assistimos com preocupação a um aparente afastamento do seu envolvimento ativo. Pelo acima exposto, os vereadores da Coligação Juntos Por

Guimarães abstêm-se na votação deste ponto.” -----

EDUCAÇÃO - EB1/JI DE S. FAUSTINO – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “A Coordenação da Escola de S. Faustino solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças do ensino pré-escolar no dia 28 de Abril de Guimarães ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e vice-versa. Assim, considerando que se trata de uma deslocação que tem como finalidade a realização de uma visita de relevante interesse pedagógico à Kidzânia e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 23 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o pedido de transporte solicitado, para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – MARÇO DE 2016 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL – INFANTÁRIO NUNO SIMÕES – CEDÊNCIA DE



TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “O Infantário Nuno Simões solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças da valência do pré-escolar no dia 14 de Março, ao Hospital Senhora da Oliveira. Considerando que se trata de uma deslocação visa a realização de uma visita de relevante interesse pedagógico e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado a 14 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o pedido de transporte para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos utentes da instituição, no dia 29 de Março, ao Pavilhão Multiusos. Considerando que se trata de uma deslocação inserida nas comemorações do Dia Internacional do Teatro e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado a 22 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o transporte solicitado, para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - APOIOS À HABITAÇÃO AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO MUNICIPAL – Presente a seguinte proposta: “A presente proposta

destina-se a apoiar na comparticipação de obras para adaptação de habitação para criança portadora de deficiência. Após análise do processo de candidatura a este apoio e estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica, bem como o valor da comparticipação a apoiar para as obras de adaptação requeridas: -

Proc.º	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. (€) P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/ emprego	Comparticipação	Valor a Apoiar (€)
22036151 7/16	Ponte	36	F	€128,04	3	Desempregada	100%	5.900,00

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio, à requerente, no valor de €5.900,00 (cinco mil e novecentos euros) ao abrigo da alínea d) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL 2016 – Presente a seguinte proposta:

“Coloca-se à aprovação superior a presente proposta de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social para ano de 2016, ao abrigo do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social - Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho. As 52 instituições que apresentaram candidaturas para o ano de 2016, encontram-se inscritas no Registo Municipal das Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISG) e foram avaliadas de acordo com os critérios de apreciação previstos nos artigos 10º e 11º do referido regulamento. Os projetos e atividades apresentados pelas instituições foram avaliados de acordo com os seguintes parâmetros: qualidade e interesse dos projetos; continuidade e



qualidade de execuções anteriores; criatividade e inovação; consistência e adequação do orçamento; capacidade de angariar outras fontes de financiamento; número potencial de beneficiários; consonância entre os objetivos propostos e o plano de desenvolvimento social do município; respostas às necessidades da comunidade, intervenção continuada em áreas prioritárias de inserção social e comunitária, bem como o contributo para corrigirem desigualdades de ordem socioeconómica, o combate à exclusão social e o âmbito geográfico de intervenção. Após verificação destes critérios de elegibilidade, determinaram-se as classificações dos projetos de cada uma das 52 instituições candidatas, às quais corresponderam os valores de financiamento que agora se propõem para aprovação e que a seguir se apresentam por ordem de valor atribuído. -----

N	INSTITUIÇÕES	Valor a Financiar
1	Lar de Santo António	51.321,40
2	Centro Social de Guardizela	40.000,00
3	Castreja Cooperativa de Apoio Social e Cultural CRL	30.000,00
4	Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de V. N. Sande	30.000,00
5	Centro Social de Brito	30.000,00
6	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais	29.586,36
7	Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães	29.000,00
8	Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães	26.290,00
9	Casa do Povo de Fermentões	20.000,00
10	Santa Casa da Misericórdia de Guimarães	20.000,00
11	CERCIGUI - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Concelho de Guimarães	17.300,00
12	Associação de Reformados de Lordelo	16.553,34
13	Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição	15.598,50
14	UNAGUI - Cooperativa Social e Cultural de Guimarães, CRL	15.000,00
15	Associação de Apoio à Criança	12.200,00
16	Centro Social Paroquial de Gondar	12.150,00
17	Lar de Santa Estefânia	10.650,00
18	Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães	10.000,00
19	Centro Social da Irmandade de S. Torcato	10.000,00
20	Centro Social Paroquial de Mascotelos/Santiago	10.000,00
21	Centro Social Paroquial de Santa Cristina de Cerzedelo	10.000,00
22	Centro Social Paroquial S. Martinho de Candoso	10.000,00
23	Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos	10.000,00
24	Associação de Solidariedade Social dos Professores - Delegação de Guimarães	9.000,00
25	Grupo Desportivo e Recreativo "Os Amigos de Urgeses"	8.500,00

26	Venerável Ordem Terceira de S. Domingos	8.400,00
27	Centro Paroquial de Moreira de Cónegos	8.000,00
28	Centro Social da Paróquia de Polvoreira	8.000,00
29	Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira	8.000,00
30	Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa	8.000,00
31	Centro Social Paroquial de S. Cristóvão de Selho	8.000,00
32	Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos	8.000,00
33	Centro Sócio Cultural e Desportivo de Sande S. Clemente	8.000,00
34	Centro Social e Paroquial de Ronfe	7.500,00
35	Casa do Povo de Briteiros	7.000,00
36	Centro Juvenil de S. José	6.000,00
37	Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro	6.000,00
38	Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvares	6.000,00
39	Patronato de São Sebastião	6.000,00
40	Centro Pastoral D. António Bento Martins Júnior	5.000,00
41	Centro Social Paroquial de Vila Nova de Sande	5.000,00
42	Casa da Juventude de Guimarães W Y F	4.500,00
43	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Guimarães	4.200,00
44	Associação Social e Cultural de Urgez	4.000,00
45	Casa do Povo de Serzedelo	4.000,00
46	Ordem dos Advogados - Delegação de Guimarães	2.500,00
47	Grupo Recreativo 20 Aautos de D. Afonso Henriques	1.500,00
48	Associação Vencedores do Cancro Unidos pela Vida	1.300,00
49	Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano	1.100,00
50	Associação de Moradores Bairro São Gonçalo	1.000,00
51	Associação de Surdos de Guimarães e Vale do Ave	1.000,00
52	Associação Puzzlianos - C.J.G.	400,00
TOTAL		621.549,60

Os subsídios de maior relevo que aqui se apresentam, referem-se a candidaturas, na sua maioria, para o desenvolvimento de atividades, aquisição de mobiliário e equipamentos, e para obras de requalificação ou ampliação de espaços destinados a respostas sociais de grande importância para a comunidade envolvente, como é o caso do Centro Social de Guardizela, do Centro Social de Brito, do Centro Social Cultural, Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande, e da Castreja – Cooperativa de Apoio Social e Cultural CRL. O valor a atribuir ao Lar de Santo António reflete a comparticipação municipal em 45% nos encargos financeiros desta instituição prevista no protocolo celebrado em 13 de junho de 1985 em colaboração com o Centro Regional de Segurança Social de Braga. Assim, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do



Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a aprovação desta proposta para a atribuição de subsídios às instituições supramencionadas, no montante total de €621.549,60 (seiscentos e vinte e um mil quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores Ricardo Costa e António Monteiro de Castro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos uma vez que pertencem aos órgãos sociais de instituições beneficiárias deste apoio.** -----

AÇÃO SOCIAL – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “No

seguimento do pedido apresentado à Câmara Municipal pela Junta de Núcleo de Guimarães do Corpo Nacional de Escutas, para apoio a obras de renovação estimadas no valor de 39.815,40 euros no PCEG – Penha Centro Escutista de Guimarães e na Casa Baden Powell, bem como para apoio a atividades de inclusão social e de voluntariado no valor de 10.184,70 euros, apresenta-se para aprovação a proposta de atribuição de um subsídio àquela instituição ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de Julho), no valor de 50.000,00 euros (cinquenta mil euros) de modo a assegurar a qualidade dos serviços prestados em educação escutista e ambiental. A Junta de Núcleo de Guimarães do Corpo Nacional de Escutas propõe-se organizar um conjunto de ações e atividades que assumem particular importância na ação juvenil em Guimarães através de um espaço de educação não formal, de forma a proporcionar aos jovens oportunidades de aquisição de conhecimentos, competências e atitudes, desenvolvendo também o sentido de ajuda ao próximo e o serviço à comunidade. Salienta-se que alguns destes serviços se situam na Comissão Social SW

Montanha da Penha com elevada carência de respostas de apoio à comunidade, sendo pertinente apoiarem-se as obras e atividades propostas. A Junta de Núcleo de Guimarães do Corpo Nacional de Escutas apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição do subsídio acima referido.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

CULTURA – ORQUESTRA DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE

TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “A residência artística da Orquestra de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte do Coro Pro Música, nos dias 13, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 de março. Considerando que se trata de deslocações que visam a presença do coro nos ensaios e no espetáculo “A Paixão Segundo São João”, em colaboração com a Academia de Música Valentim Moreira de Sá, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 16 de março de 2016, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - RALLY DE PORTUGAL 2016 – ADENDA AO

ACORDO DE PARCERIA – Presente a seguinte proposta: “O Rally de Portugal vai voltar a ter na cidade de Guimarães, a 19 de maio de 2016, o seu local de partida oficial, num evento desportivo que mobiliza milhares de adeptos a nível mundial, e que se assume hoje como um dos principais eventos desportivos realizados no nosso País. No ano passado, para a realização deste evento desportivo no norte do país, depois de vários anos no Algarve, foi assinado um



protocolo com o TPNP, ER - Turismo do Porto e Norte de Portugal, para a sua realização, que envolveu todas as Câmara Municipais onde se desenrola esta prova, daí resultando uma candidatura sucedida aos fundos comunitários. Nos termos da candidatura inicial, as Câmaras Municipais assumiam uma contrapartida de 30%, mas conseguiu-se no final que a comparticipação fosse reduzida para 15%, pela que a TPNP teria de devolver a verba remanescente. Como para este ano está a ser novamente preparada uma candidatura ao programa SIAC, com um apoio previsto na ordem dos 85%, foi solicitado às autarquias envolvidas que rubricassem uma Adenda ao Acordo de Parceria, nos termos do documento em anexo, onde a Câmara Municipal de Guimarães assume que renuncia à verba que devia ser transferida do ano passado, passando a mesma a ser utilizada para efeitos da candidatura da TPNP ao Aviso Norte-52-2016-05 para a realização do Rally de Portugal 2016." A minuta da adenda ao Acordo de Parceria dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - WRC RALLY DE PORTUGAL 2016 - PEDIDO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA – Presente a seguinte proposta: "O Rally de Portugal é a principal prova de desporto motorizado realizado no nosso País e um dos eventos desportivos com maior impacto ao nível internacional, com retornos mediáticos incalculáveis. Com 49 edições e após dez anos no Algarve e Baixo Alentejo, o êxito alcançado na edição do ano passado no norte do país foi notável, com um retorno ímpar o seu arranque no Campo de S. Mamede, na nossa cidade, até ao seu final em Fafe. Dados referidos pelo Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, relativos à prova de 2015, confirmam que o impacto do Rally de Portugal em termos de

despesa direta no nosso concelho foi na ordem dos 3,5 milhões de euros, a que se deve adicionar, em termos de retorno indireto, a exposição mediática do evento na comunicação social nacional e estrangeira, com um valor global apurado próximo dos 127 milhões de euros. Dadas as características identitárias da Cidade de Guimarães, para o País e para a região onde se insere a nova edição do WRC Rally de Portugal, é incontornável a nossa integração neste evento desportivo mundial, sendo Guimarães novamente o palco da *Cerimonial Start* do WRC Vodafone Rally de Portugal 2016, de onde partem oficialmente todos os pilotos da prova, a ter lugar no dia 19 de Maio, no Campo S. Mamede, com o Castelo de Guimarães como pano de fundo de toda a cerimónia, num momento altamente mediatizado e que é difundido para mais de 160 países. Assim, proponho que o Município de Guimarães assuma novamente a sua condição de parceiro desta prova, nos mesmos termos e condições do ano transato, oferecendo as condições logísticas necessárias para a realização da *Cerimonial Start* referenciada, acrescido da atribuição de uma verba de €50.000,00 (cinquenta mil euros), ao Automóvel Club de Portugal, entidade de Utilidade Pública sem fins lucrativos, sendo como contrapartida considerado Sponsor Oficial da prova, será incluído nos documento oficiais e promocionais da prova, bem como destaque no site oficial (com cerca de 1 milhão de visitas). Face ao exposto, coloco à consideração superior o seu deferimento, propondo o agendamento para a próxima reunião de câmara. Sendo despachado favoravelmente pelo Sr. Presidente, solicito a respetiva declaração de cabimento e correspondente declaração de compromisso, relativo ao montante de €50.000,00 (cinquenta mil euros), pela rubrica 05040701 – Subsídios Instituições sem fins lucrativos, a atribuir ao Automóvel Club de Portugal (ACP), com o contribuinte número 500 700 800.”



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – NÚCLEO DE ATLETISMO DAS TAIPAS – APOIO

EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 5 de junho será realizada a 11ª edição da Corrida das Caldas das Taipas, prova de atletismo promovida pelo Núcleo de Atletismo das Taipas, e que nos últimos anos tem contado com a participação de grandes equipas nacionais. A aposta na formação volta a ser um dos seus principais objetivos pares este evento, e além desta corrida, será realizada uma caminhada solidária que movimentará cerca de 1000 atletas e participantes. Debalde a enorme dificuldade sentida nos últimos tempos na organização deste evento desportivo, a prova nunca deixou de se realizar ao longo dos últimos nove anos, constituindo um estímulo importante à promoção da atividade física e do desporto numa zona do com concelho carenciada deste tipo de eventos desportivas regulares. Neste sentido, proponho que se atribua um apoio de 2.000 (dois mil euros) para este evento desportivo, que constitui objetivamente uma mais-valia para a promoção do desporto para todos no nosso concelho.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - OBRAS NOS BALNEÁRIOS NO CAMPO DE JOGOS

– Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo de Ponte é uma associação vocacionado para a prática desportiva, nomeadamente para o futebol, em que a formação ocupa um lugar de destaque há já alguns anos. Nestes últimos anos, o seu campo de jogos sofreu vários melhoramentos, tendo sido contemplado com um relvado sintético, pelo que agora pretendem que lhe seja concedido um apoio financeiro para concluir os balneários, que estão nesta altura licenciados pela Câmara Municipal, dotando este espaço de novas instalações que estão de acordo com os parâmetros atuais

dos espaços desportivos. Neste sentido, proponho que lhe seja concedido um apoio extraordinário de 35.000 euros para a conclusão dos seus balneários.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos cidadãos que se inscreveram para intervir no final da reunião.-----

Pedro, Aluno do 9.º ano da EB 2,3 Virgínia Moura – Saudou os presentes e felicitou o Executivo camarário pela realização de reuniões descentralizadas que contribuem para envolver os cidadãos na vida autárquica. Disse que teve conhecimento que a Câmara Municipal de Guimarães iniciou uma obra de reabilitação do Bloco Habitacional de Urgezes, através da implementação de fontes de energia renováveis, com recurso à instalação de coletores solares térmicos e de painéis fotovoltaicos, num processo de recuperação estrutural, arquitetónica e energética desta habitação social, perguntando se se tratava de um caso isolado ou se este tipo de intervenção iria também ser estendido a outros equipamentos, como as escolas. -----

Miguel, Aluno do 9.º ano da EB 2,3 Virgínia Moura – Felicitou o Presidente da Câmara pela ideia de aqui realizar a reunião de Executivo, motivando os jovens a participar na vida política do concelho. Referiu o Programa “Pegadas”, um projeto de Educação e Sensibilização Ambiental para Guimarães que assenta na estratégia para o concelho ao nível do desenvolvimento sustentável e promoção de políticas para o ambiente, ecológicas e inclusivas, perguntando qual vai ser o tipo de ações que está previsto para os mais idosos. -----

Sofia, Aluna do 9.º ano da EB 2,3 Virgínia Moura – Mostrou o



seu contentamento pela oportunidade de participar nesta reunião de Câmara. Referiu a existência de um edifício de grande dimensão junto da Escola, que se encontra degradado e abandonado há vários anos, propiciando a prática de alguns delitos e constituindo perigo para a segurança pública. Assim, perguntou se a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia já fizeram diligências para resolver esta situação, designadamente com a vedação do acesso ao edifício. -----

4 - Docente da Escola EB 2,3 Virgínia Moura – Solicitou a construção de uma cobertura desde o edifício central da escola até ao pavilhão gimnodesportivo. -----

5 – Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Vermis – Quis saber em que ponto de situação se encontra a execução de obras urgentes na EB1/JI de Vermis. -----

6 - Presidente da Câmara – Sobre as intervenções apresentadas, esclareceu: **a)** - Sobre a eficiência energética, disse que iria ser estendido a todos os demais edifícios de habitação social de propriedade municipal. Disse querer também estender, em pareceria com o Governo, às habitações sociais da Atouguia e Gondar. Disse, ainda, que se prevê a realização de intervenções nas Escolas, referindo que há vários apoios comunitários para financiar estas obras; **b)** - Sobre o Programa “Pegadas” disse que se tratava de um projeto também dirigido aos pais e avós dos alunos pelo que serão realizadas ações específicas de correção de atitudes com o objetivo último de preservação do ambiente; **c)** - Sobre o edifício abandonado, disse que iria mandar estudar o assunto de forma a resolver o problema; **d)** – Informou que o processo de concurso para execução da obra da cobertura na EB 2,3 estava já a decorrer; **e)** – Disse que as obras prementes de requalificação da EB1/JI de Vermis, orçadas em cerca de €30.000,00, serão executadas em

período de férias escolares por forma a minorar os incómodos para aquela comunidade educativa. -----

O Presidente de Câmara informou que a próxima reunião descentralizada realiza-se na União das Freguesias de Arosa e Castelões. -----

O Presidente da Câmara convidou os presentes para a inauguração da obra de reabilitação da entrada nascente na cidade, mais concretamente na Rua São Torcato e Rua Nossa Senhora Madre Deus, no próximo sábado, dia 16 de abril, pelas 11:00. -----

PELAS TREZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----